

# Índice

---

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

## 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	27
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

A Companhia está exposta aos riscos normais do negócio que podem afetar os resultados operacionais, financeiros e a própria perspectiva futura do negócio.

Dentre os riscos pode-se destacar:

- a) Risco de mercado – o mercado de comunicação e capacitação à distância encontra-se em fase de consolidação, portanto quaisquer mudanças em termo de perfil de clientes, soluções ofertadas, preços, fornecedores, podem afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia;
- b) Risco de Crédito – a Companhia ao longo dos últimos 05 anos vem promovendo ações de redução do nível de endividamento, o que minimizou significativamente seu risco de crédito, porém este pode afetar os planos de investimento da Companhia;
- c) Tecnológico – as soluções ofertadas pela Companhia estão baseadas em tecnologias de satélite e internet, disponíveis no mercado. As mudanças quanto à disponibilidade, preços, inovação, obsolescência podem afetar a Companhia.

Diante dos riscos identificados a Companhia adota uma postura preventiva, buscando alternativas que minimizem o impacto de qualquer uma das hipóteses descritas acima. Do ponto de vista de mercado a Companhia busca constantemente validar suas soluções às demandas de mercado, seja através de estudos de mercado ou até mesmo em pesquisas de satisfação da base de clientes. Quanto ao risco de crédito, além da própria redução do endividamento, o que diminui a necessidade de captação de recursos, a Companhia busca constantemente ampliar o leque de fornecedores, além de contar com a possibilidade de captação de recursos com os próprios acionistas controladores, mediante contratos de mútuos. Por fim, em se tratando do risco tecnológico, a Companhia procura acompanhar as tendências de mercado, participando de congressos, feiras, simpósios, entre outros, além de incorporar em suas soluções novas tecnologias, após o processo de homologação.

#### i. Risco de taxa de juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### ii. Risco de crédito

O risco de crédito é inerente a capacidade da Companhia financiar suas operações e seu plano de investimento. O risco está relacionado a dificuldades que a empresa possa enfrentar na busca de recursos que possam comprometer suas atividades e planejamento.

Neste sentido, percebe-se uma volatilidade muito forte do mercado nacional, com oscilações significativas na taxa de juros e reflexo direto no índice de inadimplência, o que interfere na disponibilidade das instituições financeiras na concessão de linhas de crédito.

A Companhia busca primeiramente financiar suas atividades e investimentos com base no fluxo de receita operacional, buscando gerar resultados operacionais cada vez mais expressivos. Quando tais disponibilidades não são suficientes para cobertura dos compromissos, a Companhia busca captar recursos no mercado financeiro, mantendo para tal uma gestão de relacionamento e credibilidade junto aos seus principais parceiros.

Paralelamente a Companhia preserva sua estrutura financeira, de forma a permitir uma análise positiva na análise de seu crédito.

### iii. Risco de mercado

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia nacional e realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não há controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não há como prevê-las. Os negócios da Companhia a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- risco de preço;
- regulamentação do setor; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra dos seus clientes e pagadores, para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de seus custos, o que poderá resultar em aumento dos custos da Companhia e afetá-la adversamente.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade e afetar adversamente os preços de energia, podendo impactar, conseqüentemente, o resultado financeiro da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade se ocorrerem aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações e atividades.

### iv.Risco de liquidez

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Em 31 de Dezembro de 2013 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 1.497 (R\$ 1.224 em 31 de Dezembro de 2012 e R\$ 901 em 31 de Dezembro de 2011).

<b>Cientes</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Públicos	1.294	1.416	1.339
Privados	1.247	838	587
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.044)	(1.030)	(1.025)
	<b>1.497</b>	<b>1.224</b>	<b>901</b>

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 20 dias.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é composto, substancialmente, por valores em atraso de 180 dias.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

<b>Vencimento do contas a receber bruto</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
A Vencer	1.458	1.220	900
<b>Vencido com atraso de:</b>			
01 a 30 dias	17	3	1
31 a 60 dias	7	1	
61 a 90 dias	10		
Mais de 90 dias	1.054	1.030	1.025
	<b>2.546</b>	<b>2.254</b>	<b>1.926</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobertura de eventuais perdas. Do montante total constituído, R\$ 875 estão sendo objeto de discussão judicial.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

A Companhia procura reduzir o tempo médio de recebimento e alongar o perfil da dívida, para melhorar seu índice de liquidez e reduzir a pressão de pagamentos no fluxo de caixa, entretanto, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e operações, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, incluindo objetivos, estratégias e instrumentos:****a. riscos para os quais se busca proteção**

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia entende que não há necessidade de buscar proteção especial para nenhum tipo de risco, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas, não formalizadas, consistem em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evita assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros).

**b. estratégia de proteção patrimonial**

A estratégia de proteção patrimonial está relacionada com a própria gestão de risco, ao passo que a Companhia monitora os riscos e adota medidas de minimização destes.

**c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial**

A companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, dado que os riscos financeiros aos quais estamos expostos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza nossos riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrerem perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.

**e. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia não contrata instrumentos derivativos para outros fins que não os de proteção patrimonial (hedge), assim como não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção.

**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos**

i) Conselho de Administração - responsável pelo estabelecimento das diretrizes estratégicas da gestão de riscos de mercado, inclusive com relação às alçadas de aprovação. Deve atuar como órgão consultivo da Diretoria nas operações mais significativas dentro da alçada desta última e como instância de decisão nas operações acima da alçada da Diretoria.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

ii) Os membros da Diretoria têm plenos e gerais poderes para praticar, ampla e ilimitadamente, todos os atos de gestão ordinária destinados a assegurar o funcionamento regular da Companhia e a consecução de seus fins, sempre no fiel cumprimento dos deveres impostos pela lei e por estes Estatutos. Nos seus poderes, incluem-se os de transigir, contrair obrigações, adquirir, alienar e gravar bens imóveis ou móveis, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e direitos creditórios, dar bens móveis em alienação fiduciária de garantia, prestar garantia fidejussória a Companhias controladas ou coligadas, sempre com observância das disposições do Artigo 15 supra, sendo-lhes vedada a concessão de avais ou fianças de favor. § 1º - Os membros da Diretoria terão representação ativa e passiva da Companhia, competindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. § 2º - A representação da Companhia em Juízo, para receber citações ou notificações, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e na sua ausência ou impedimento, ao Diretor indicado pelo Conselho de Administração. Artigo 20 - A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Os controles internos para monitoramento de riscos estão distribuídos nos próprios processos operacionais da Companhia, não possuindo, portanto, uma estrutura e controle centralizado. Através dos indicadores de desempenho, a Administração identifica tais riscos e as medidas tomadas para minimizá-los, ocorrendo necessidade de intervenção, esta é direcionada a cada gestor do patrimônio.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Não aplicável, pois a Companhia entende que não há outras informações relevantes relacionadas a este item.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES  
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

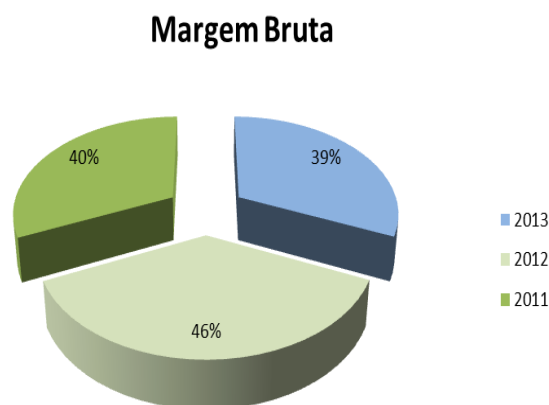
Os valores referentes ao Comentário dos Administradores, item 10 do Formulário de Referência são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**10.1 Comentários dos Diretores sobre:****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O desempenho econômico-financeiro no ano de 2013 da Companhia seguiu a trajetória que já havia sido estabelecida no seu planejamento estratégico. Fruto de um diagnóstico primoroso do mercado no final de 2012, o qual apontou a necessidade de uma série de investimentos operacionais, para atender às novas características e demandas do mercado, a Companhia priorizou tais investimentos frente ao próprio desempenho financeiro.

Do ponto de vista do negócio, a Companhia tem obtido o sucesso de manutenção da sua carteira de clientes, com estabilidade do seu nível de receita. A Companhia oferece soluções de comunicação e capacitação a distância ao mercado corporativo. O modelo de negócio baseia-se na implantação e operação de serviços contínuos, suportados por contratos de prestação de serviços com, no mínimo, 12 (doze) meses de vigência. Desta forma, à medida que a empresa consegue ampliar sua carteira de clientes, sua receita cresce proporcionalmente. Quanto mais complexo for o projeto, mas difícil torna-se uma descontinuidade do mesmo, pois tais serviços acabam sendo incorporados na operação do cliente, por esta razão a DTCOM possui clientes que permanecem em sua base desde 2001.

Mesmo mantendo o foco em resultado, a empresa investiu nos insumos que geram maior valor agregado ao produto, o que promoveu uma leve redução no nível de margem bruta no período de 2013 e 2012, 39% e 46%, respectivamente.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Todos esses esforços da Companhia na otimização de recursos, remodelagem operacional, manutenção da base de clientes, geração de novos serviços, culminaram na redução do resultado operacional (Ebitda) em 2013. Mesmo assim tal indicador aponta uma conquista que a Companhia vem conseguindo empregar desde 2008.

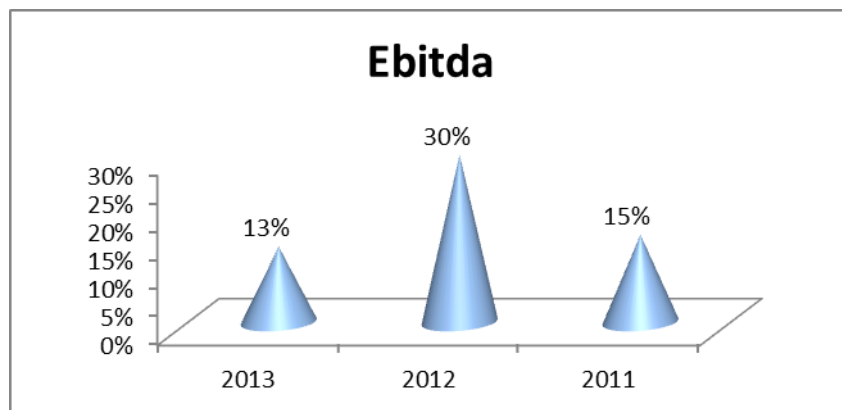
Em termos nominais percebe-se que o ano de 2013 foi o período que o desempenho operacional esteve mais baixo na média dos últimos 03 (três) anos, apresentando Ebitda de R\$ 1.659, redução de 53% (cinquenta e três por cento) se comparado ao exercício anterior.

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(1.304)	231	(1.393)
(+) Depreciação/amortização	1.498	1.757	1.709
(+) Resultado financeiro líquido	<u>1.465</u>	<u>1.582</u>	<u>1.408</u>
<b>LAJIDA (EBITDA)*</b>	<b><u>1.659</u></b>	<b><u>3.570</u></b>	<b><u>1.724</u></b>

\* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

\* EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization

Esta redução está associada ao plano de crescimento de longo prazo da Companhia, no momento que gera uma série de aprimoramentos nos seus produtos para melhor percepção e penetração no mercado. Mesmo assim, a Companhia consegue apresentar percentuais de Ebitda bastante atrativo ao longo do período de análise.



A Companhia identifica capacidade de honrar todos os seus compromissos perante terceiros através de índices positivos de solvência e endividamento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Índice de endividamento total	0,77	0,69	0,71
Índice de solvência geral	1,30	1,44	1,41

Neste sentido, há ativos suficientes para liquidação de todos os compromissos de curto e longo prazo.

Do ponto de vista de liquidez, a Companhia tem melhorado sua performance conseguindo indicadores melhores ao longo do tempo.

<b>ÍNDICES DE LIQUIDEZ</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Índice de liquidez corrente	0,56	0,44	0,34
Índice de liquidez geral	0,31	0,23	0,18

Mesmo entendendo que tais índices ainda não representam o cenário ideal de liquidez, a Companhia não tem sentido dificuldades em honrar seus compromissos. Ao analisar a composição passivo, percebe-se que boa parte destes compromissos estão negociados em parcelamentos e/ou empréstimos de longo prazo, cuja capacidade de pagamento dar-se-á pela geração futura de caixa da Companhia.

Os saldos registrados no contas a receber referem-se aos valores correntes faturados pelos serviços prestados do mês de encerramento do exercício, líquidos das provisões para devedores duvidosos. Neste sentido não estão refletidos nestes saldos, o fluxo de recebimento futuro da operação da Companhia.

<b>Clientes</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Públicos	1.294	1.416	1.339
Privados	1.247	838	587
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.044)	(1.030)	(1.025)
	<b>1.497</b>	<b>1.224</b>	<b>901</b>

Quanto ao passivo, 77% do circulante, em média, é representado por compromissos com empréstimos e tributos, sendo que estes estão negociados através de financiamentos de 12 a 60 meses. Da mesma forma no exigível, os saldos em tais contas representam, em média, 52% do grupo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>PASSIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.493	831	940
Fornecedores	621	496	476
Impostos e contribuições a recolher	3.848	3.533	3.199
Obrigações sociais e trabalhistas	833	677	827
Outras contas a pagar	18	37	34
Total do passivo circulante	<u>6.813</u>	<u>5.574</u>	<u>5.476</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.077	405	792
Impostos e contribuições a recolher	2.162	2.238	1.960
Provisão para contingências			37
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.172	1.172	1.172
IRPJ e CSSL diferidos	1.241	1.485	1.773
Total do passivo não circulante	<u>5.652</u>	<u>5.300</u>	<u>5.734</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social realizado	54.110	54.110	54.110
Reserva de capital	150	150	150
Reserva de reavaliação	269	360	585
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.817	2.201	2.533
Prejuízos acumulados	<u>(52.624)</u>	<u>(51.993)</u>	<u>(52.727)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>3.722</u>	<u>4.828</u>	<u>4.651</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>16.187</u></b>	<b><u>15.702</u></b>	<b><u>15.861</u></b>

Neste aspecto, a geração positiva de caixa através do indicador Ebitda, atrelado ao perfil da dívida de curto e longo prazo, dão o cenário de tranquilidade no fluxo de pagamento da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

(R\$ mil)	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Patrimônio Líquido (PL)	3.722	4.828	4.651
Passivo Circulante + Não Circulante	12.465	10.874	11.210
<b>Total Passivo e PL</b>	<b>16.187</b>	<b>15.702</b>	<b>15.861</b>

<b>Estrutura de Capital</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>23%</b>	<b>31%</b>	<b>29%</b>
<b>Capital Terceiros</b>	<b>77%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>

A Companhia financia boa parte da sua operação com recursos de terceiros, através de captação perante instituições financeiras, negociações de financiamentos com Governo e fornecedores, além da captação de recursos com partes relacionadas.

O custo de captação destas operações depende da característica de cada um, conforme apresentado a seguir:

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2011	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>								
Banco A.J. Renner	21,69	27/02/2015	386	64	347	405	309	618
Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 6,60	05/09/2016	334	585				
BIC Banco	CDI + 7,80	21/07/2015	733	428				
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>								
Caixa Econômica Federal					1			
Banco Sudameris Brasil S.A.	72,60						96	
Banco Bradesco S.A.	60,00	18/03/2014	38				4	
Banco ABC Brasil S.A.	60,00	10/04/2014			98		99	
Banco HSBC S/A			1		2			
Banco Bradesco S/A - Flex	79,59		1		194		7	
<u>Financiamentos</u>								
Leasing - Real Leasing S.A.	18,58	02/07/2012					19	
Leasing - BIC Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 9,60	21/05/2013			189		406	174
			1.493	1.077	831	405	940	792

Os financiamentos de impostos juntos as Administrações Federais e Estaduais sofrem, na grande maioria, atualização monetária através da taxa Selic.

Os recursos juntos às partes relacionadas foram realizados através de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, não gerando um custo financeiro para Companhia.

**(i) hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria da Sociedade entende que esta possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

Em razão da estabilidade na sua carteira de clientes e controle efetivo sobre os custos de produção, a Companhia consegue antecipar a eventuais necessidades de capital, buscando as melhores alternativas para suprimento desta.

No ano de 2013 a Companhia capitou recursos externos no montante de R\$ 2,2 milhões de reais, para cobrir investimentos em tecnologias e incrementos das despesas operacionais previstas para o período de 2013 / 2014. Do ponto de vista do endividamento, isto fez com que reduzisse a representatividade dos compromissos com impostos e contribuições a recolher, os quais em 2012 significava 63% do passivo circulante, passando para 56% deste em 2013.

A participação dos compromissos com empréstimos e financiamentos consequentemente aumentaram, no circulante passaram de 15% em 2012 para 22% em 2013 e no não circulante passaram de uma representatividade de 8% em 2012 para 19% em 2013.

	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.011</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	6.813	5.574	5.476
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	5.652	5.300	5.734
	<b>12.465</b>	<b>10.874</b>	<b>11.210</b>

Com relação ao próprio endividamento, a Companhia adotou algumas ações de alongamento da dívida, com adesão aos parcelamentos Estaduais junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Paraná e do Rio de Janeiro, Parcelamentos Federais contemplando os débitos vencidos de PIS, COFINS, IRRF e CSRF e Parcelamento de INSS.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Quando necessário, captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Contratamos empréstimos junto a bancos comerciais e bancos de fomento. Sempre buscamos manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	2.570	1.236	1.732
	<b>2.570</b>	<b>1.236</b>	<b>1.732</b>

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia busca financiar sua necessidade de capital de giro com a melhora constante da sua performance operacional, fazendo com que seu desempenho implique em geração de capital de giro positivo. Desta forma, não há plano de captação de recursos externos destinadas à cobertura de capital de giro.

As captações realizadas no último semestre de 2013 teve como foco principal o financiamento de investimentos tecnológicos, além de uma série de melhorias operacionais, as quais estavam pautadas no planejamento estratégico da Companhia. Neste sentido, ainda percebe-se que a Companhia recorre as fontes externas quando há necessidade de investimentos em ativos não-circulantes, mas fora os já captados no último exercício, não há pretensão em adquirir novos recursos no curto prazo.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento da empresa nos anos de 2013, 2012 e 2011:

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2011	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>								
Banco A.J. Renner	21,69	27/02/2015	386	64	347	405	309	618
Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 6,60	05/09/2016	334	585				
BIC Banco	CDI + 7,80	21/07/2015	733	428				
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>								96
Caixa Econômica Federal					1			4
Banco Bradesco S.A.	60,00	18/03/2014	38					99
Banco ABC Brasil S.A.	60,00	10/04/2014			98			
Banco HSBC S/A			1		2			7
Banco Bradesco S/A - Flex	79,59		1		194			
<u>Financiamentos</u>								19
Leasing - BIC Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 9,60	21/05/2013			189		406	174
			1.493	1.077	831	405	940	792

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A empresa não tem outras relações de longo prazo com instituições financeiras.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

**iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 15 o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 5% sobre o Patrimônio Líquido do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração.

A Companhia também pode recorrer a partes relacionadas para a obtenção de empréstimos, com base em contratos e sujeitos a juros, no intuito de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Com relação aos contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não há restrição especificada de limites de utilização dos recursos.

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Análise das Contas Patrimoniais**

As principais linhas do balanço patrimonial da Companhia são:

<b>Desempenho Econômico-Financeiro (Em milhares de reais)</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Volume de Vendas			
Transmissão de sinal via satélite	4.589	4.960	6.288
Prestação de serviços	9.558	8.759	6.445
<b>Receita Bruta</b>	<b>14.147</b>	<b>13.719</b>	<b>12.733</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>12.441</b>	<b>12.061</b>	<b>11.149</b>
Custo dos serviços prestados	(7.529)	(6.517)	(6.725)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.912</b>	<b>5.544</b>	<b>4.424</b>
<b>Margem Bruta</b>	<b>39%</b>	<b>46%</b>	<b>40%</b>
Despesas administrativas e gerais	(1.885)	(1.844)	(2.088)
Despesas com vendas	(1.864)	(1.859)	(2.207)
Honorários da administração	(762)	(442)	(533)
Total de despesas operacionais	(4.511)	(4.145)	(4.828)
Despesas financeiras líquidas	(1.465)	(1.582)	(1.408)
Outras despesas (receitas) operacionais	(240)	414	419
<b>EBITDA</b>	<b>1.659</b>	<b>3.570</b>	<b>1.724</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>13,3%</b>	<b>29,6%</b>	<b>15,5%</b>
<b>Prejuízo (Lucro) Operacional Antes do IR e da CS</b>	<b>(1.304)</b>	<b>231</b>	<b>(1.393)</b>

*Receita 2013/2012* – identificou-se um aumento do nível de receita bruta em torno de 3% (três por cento), se comparado ao exercício anterior, passando de R\$ 13.719 em 2012 para R\$ 14.147 em 2013.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Analisando a composição desta variável, percebe-se o aumento da participação de receita com prestação de serviços em relação à receita total, em 2012 a receita com transmissão de sinais correspondia a 36% da receita total, enquanto que a receita de prestação de serviços representava 64%. Em 2013, o faturamento com transmissão de sinais caiu 4% em relação a 2012 e com prestação de serviços cresceu 4% no mesmo comparativo, cuja representatividade na receita total ficou 32% e 68%, respectivamente.

*Receita 2012/2011* – identificou-se um aumento do nível de receita bruta em torno de 8% (oito) por cento, se comparado ao exercício anterior, passando de R\$ 12.733 em 2011 para R\$ 13.719 em 2012, ou seja, superior ao índice de inflação do mesmo período.

Analisando a composição desta variável, percebe-se uma inversão de importância, haja vista em 2011 havia um equilíbrio entre a participação da receita de transmissão de sinais e de prestação de serviços em relação à receita total, 49% e 51%, respectivamente, entretanto, em 2012 o faturamento com transmissão de sinais caiu 21% em relação a 2011 e com prestação de serviços cresceu 36% no mesmo comparativo, cuja representatividade na receita total ficou 39% e 69%, respectivamente.

*Custos operacionais 2013/2012* - o ano de 2013 foi bastante atípico para a Companhia. Dando sequência ao plano de crescimento do negócio, a Companhia realizou uma série de investimentos operacionais, buscando atender as novas necessidades do mercado, visando aumento do market share a partir do ano de 2014.

Mesmo mantendo o foco em resultado, a empresa investiu nos insumos que geram maior valor agregado ao produto, o que promoveu uma leve redução no nível de margem bruta no período de 2013 e 2012, 39% e 46%, respectivamente.

*Custos operacionais 2012/2011* - Do ponto de vista dos custos operacionais a Companhia continuou empreendendo políticas de racionalização de processos e otimização de recursos, o que representou uma redução em 2012 em torno de 3% (três por cento) se comparado ao exercício anterior, mesmo com o aumento de receita no mesmo comparativo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<u>Custos dos serviços prestados</u>			
. Pessoal	1.445	1.412	1.591
. Reversão (Provisão) para contingências trabalhistas			(322)
. Energia elétrica	93	110	92
. Locação de satélite	1.420	1.010	1.354
. Cartões de acesso condicional	48	11	
. Instalação e manutenção de rede privada	357	494	441
. Produção de conteúdo/gravação	626	471	283
. Serviços de terceiros com transmissão	1.468	852	1.059
. Serviços de terceiros	658	510	525
. Depreciações e amortizações	1.349	1.563	1.501
. Outros custos	65	84	201
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total dos custos dos serviços prestados	<b>7.529</b>	<b>6.517</b>	<b>6.725</b>

Ao analisar a composição de custos, percebe-se que os incrementos mais representativos referem-se aos insumos: a) locação de satélite, por exemplo, que representou 15% (quinze por cento) dos custos operacionais em 2012, sofreu um significativo incremento ao longo do período, 41% (quarenta e um por cento) em 2013, passando a representar 19% (dezenove por cento) dos custos operacionais; b) serviços de terceiros com transmissão, que representa gastos com conectividade, entre outros, teve um aumento de 72% (setenta e dois por cento) em 2013, se comparado com o exercício 2012 (redução de 20% (vinte por cento) em 2012, se comparado com o exercício 2011) c) produção de conteúdo/gravação, com incremento de 33% (trinta e três por cento) na análise entre os períodos de 2013 e 2012 e 66% (sessenta e seis por cento) na análise entre os períodos de 2012 e 2011.

Em outro extremo percebemos insumos que tiveram uma redução significativa, fruto da racionalização de gastos e aprimoramento tecnológico, como destaca-se nos grupos: instalação e manutenção de rede privada, energia elétrica e outros custos, que reduziram 28%, 15% e 23%, respectivamente, no mesmo comparativo na análise entre os períodos de 2013 e 2012.

No mesmo comparativo percebemos instalação e manutenção de rede privada e energia elétrica tiveram um aumento de 12% e 20%, respectivamente, na análise entre os períodos de 2012 e 2011 e outros custos teve uma redução de 58% no mesmo comparativo. Do ponto de vista das despesas operacionais apresentamos o seguinte quadro:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Despesas administrativas e gerais	1.885	1.844	2.088
Despesas com vendas	1.864	1.859	2.207
Honorários da administração	762	442	533
Despesas financeiras líquidas	1.465	1.582	1.408
Outras receitas operacionais	240	(414)	(419)
<b>Total receitas (despesas) operacionais</b>	<b>6.216</b>	<b>5.313</b>	<b>5.817</b>

Em termos absolutos percebe-se um aumento de 16% (dezesseis por cento) nas despesas operacionais (administrativas e de vendas), se fizermos o comparativo entre os dois últimos anos e um incremento de 29% de comparado os períodos de 2013 e 2010.

Analisando a composição das despesas percebe-se uma certa estabilidade nas despesas administrativas e gerais e nas despesas com vendas no comparativo de 2013 a 2012, resultado de um ano voltado aos investimentos nos custos operacionais, sem grande expectativa de expansão dos negócios, conforme demonstra o gráfico de representatividade das despesas de vendas sobre a receita líquida do período.

ATIVO	2013	%	2012	%	2011	%	PASSIVO	2013	%	2012	%	2011	%
<b>CIRCULANTE</b>							<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalente de caixa	1.134	30%	237	10%	86	5%	Empréstimos e financiamentos	1.493	22%	831	15%	940	17%
Contas a receber de clientes	1.497	39%	1.224	50%	901	49%	Fornecedores	621	9%	496	9%	476	9%
Impostos a recuperar	664	17%	500	20%	643	35%	Impostos e contribuições a recolher	3.848	56%	3.533	63%	3.199	58%
Adiantamentos a fornecedores	75	2%	80	3%	67	4%	Obrigações sociais e trabalhistas	833	12%	677	12%	827	15%
Outras contas a receber	424	11%	396	16%	157	8%	Outras contas a pagar	18	0%	37	1%	34	1%
Despesas do exercício seguinte	2	0%	4	0%	2	0%							
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.796</b>	<b>23%</b>	<b>2.441</b>	<b>16%</b>	<b>1.856</b>	<b>12%</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>6.813</b>	<b>42%</b>	<b>5.574</b>	<b>35%</b>	<b>5.476</b>	<b>35%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
IRPJ e CSSL diferidos	48	0%	95	1%	212	2%	Empréstimos e financiamentos	1.077	19%	405	8%	792	14%
Imobilizado	7.003	57%	7.947	60%	8.517	61%	Impostos e contribuições a recolher	2.162	38%	2.238	42%	1.960	34%
Intangível	5.340	43%	5.219	39%	5.276	38%	Provisão para contingências					37	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>12.391</b>	<b>77%</b>	<b>13.261</b>	<b>84%</b>	<b>14.005</b>	<b>88%</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.172	21%	1.172	22%	1.172	20%
							IRPJ e CSSL diferidos	1.241	22%	1.485	28%	1.773	31%
							<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.652</b>	<b>35%</b>	<b>5.300</b>	<b>34%</b>	<b>5.734</b>	<b>36%</b>
							<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
							Capital social realizado	54.110		54.110		54.110	
							Reserva de capital	150		150		150	
							Reserva de reavaliação	269		360		585	
							Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.817		2.201		2.533	
							Prejuízos acumulados	(52.624)		(51.993)		(52.727)	
							<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.722</b>	<b>23%</b>	<b>4.828</b>	<b>31%</b>	<b>4.651</b>	<b>29%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>16.187</b>	<b>100%</b>	<b>15.702</b>	<b>100%</b>	<b>15.861</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>16.187</b>	<b>100%</b>	<b>15.702</b>	<b>100%</b>	<b>15.861</b>	<b>100%</b>

Fazendo uma análise vertical, percebe-se que crescimento da representatividade do grupo circulante ao longo do período analisado. Em 2011 o ativo circulante representava 12% do ativo total, enquanto que o passivo circulante representava 35% do passivo total. Tais proporcionalidades alteraram ao longo do período, em 2012, o ativo circulante representava 16%, enquanto o passivo circulante 35%, em 2013 estes percentuais cresceram para 23% e 42% respectivamente.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Dentro da composição do ativo circulante a conta caixa e equivalente de caixa foi a conta com maior variação no comparativo de 2011 para 2013, seguido do grupo outras contas a receber. Quanto ao passivo circulante a conta empréstimos e financiamentos foi a que teve maior variação, crescimento de 59% no comparativo, reflexo das captações realizadas no exercício de 2013 para fazer frente aos investimentos planejados. A conta impostos e contribuições a recolher que chegou a representar 63% do passivo circulante em 2012, caiu para 56% do grupo em 2013.

Percebe-se que o passivo não circulante apresentou-se estável ao longo do período, tendo como principal conta impostos e contribuições a recolher, que representa 38% do grupo no ano de 2013.

Por conta do prejuízo do exercício houve uma queda de 23% no volume do Patrimônio Líquido, no comparativo 2013/2012.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 Comentários dos Diretores sobre:****a. Resultados das operações da Companhia, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Reforçando o que já foi exposto no item 10.1, a Companhia percebe uma inversão de importância, em 2011 havia um equilíbrio entre a participação da receita de transmissão de sinais e de prestação de serviços em relação à receita total, 49% e 51%, respectivamente, entretanto, em 2012 o faturamento com transmissão de sinais caiu 21% em relação a 2011 e com prestação de serviços cresceu 36% no mesmo comparativo, cuja representatividade na receita total ficou 36% e 64%, respectivamente e para 2013 32% e 68%.

<b>Desempenho Econômico-Financeiro</b> <b>Em milhares de real</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>▲</b> <b>2013/2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>▲</b> <b>2012/2011</b>
	2013	2012		2011	
<u>Volume de Vendas</u>					
. Transmissão de sinal via satélite	4.589	4.960		6.288	
. Prestação de serviços	9.558	8.759		6.445	
<b>Receita Bruta</b>	<b>14.147</b>	<b>13.719</b>	<b>3%</b>	<b>12.733</b>	<b>8%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>12.441</b>	<b>12.061</b>		<b>11.149</b>	

No quesito transmissão de sinais de satélite a empresa oferece soluções como:

- a) TV Corporativa;
- b) Digital Signage;
- c) Integração de Redes; e
- d) Soluções Satelitais.

Neste conjunto dispõe de uma estrutura tecnológica própria (Teleporto), com capacidade de operar com dezenas de canais simultaneamente. A margem marginal desta receita inspira a Companhia na ampliação destes serviços, haja vista a facilidade de expansão da capacidade produtiva.

Corroborar com tal perspectiva a dinâmica do mercado consumidor, o qual está cada vez mais ávido a soluções completas e fornecedores que possam atendê-los em diversos modelos de serviços.

De qualquer forma, a Companhia está constantemente buscando a incorporação de novas tecnologias para atualização das suas soluções e otimização dos custos operacionais.

As vendas com prestação de serviços possuem características distintas, com uma gama mais diversificada de soluções, atuando num mercado mais pulverizado. Neste sentido a Companhia apresenta soluções como:

- a) Plataforma Virtual de Aprendizagem;
- b) Fornecimento de Conteúdo (catálogo e customizado);
- c) Consultoria;
- d) Gestão; e
- e) Serviços Especiais.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

A Companhia percebe que, mesmo sendo um mercado mais concorrido, há grande possibilidade de crescimento e para tal está promovendo uma série de melhorias nas suas soluções, para percepção de valor por parte do mercado consumidor.

O modelo de negócio desta fonte de receita aponta um grande desafio que é atender as diversas frentes de serviços customizados sem aumento do custo proporcionalmente. Neste sentido, implantar uma cultura fabril se torna um diferencial competitivo para melhoria das margens brutas e maior agressividade de vendas.

**(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Além dos fatores elencados no item 10.1, podemos salientar que a Companhia, mesmo com todos os esforços de investimentos operacionais, consegue manter seu equilíbrio operacional, suportando Ebitda positivo.

Mesmo com tais resultados operacionais positivos, a Companhia não gerou lucro operacional em 2013, fruto do efeito de depreciação e despesas financeiras, que a operação tem que suportar.

No quesito depreciação, a empresa possui um parque tecnológico significativo, o qual passou por 02 reavaliações, em 2003 e 2007, o que fez com que o efeito de depreciação seja significativo nas demonstrações financeiras.

As despesas financeiras são oriundas de empréstimos e financiamentos bancários, captados para suportar investimentos e necessidade de caixa, além dos encargos decorrentes de parcelamentos de impostos, fruto de adesões à programas de parcelamentos.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Os principais impactos nas variações de receita entre os exercícios de 2011, 2012 e 2013 são explicados em decorrência de:

- (i) Política austera de fidelização de seus clientes, através da intensificação de ações de comunicação e relacionamento, o que garantiu a base de faturamento;
- (ii) Ciclo de execução dos projetos, tendo impacto no nível de receita, seja na sua implantação quanto em seu encerramento;
- (iii) A Companhia define suas mensalidades com base em sua estrutura de custos e análises de mercado. Em geral, a Companhia atualiza seus preços anualmente de acordo com o aumento de custos;
- (iv) Oferta de serviços agregados à base de clientes, aumentando o ticket médio por cliente.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

Não temos grande exposição às variações cambiais, e os reajustes de preços dos insumos, sempre que possível, são repassados aos preços.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, apenas aprimoramento dos já existentes.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram durante os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Comentários dos Diretores sobre:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/2001, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – C.P.C., bem como as alterações oferecidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

Por determinação da Comissão de Valores Mobiliários o saldo de 31 de dezembro de 2011 sofreu modificação devido à reclassificação nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Foram reclassificados para a conta “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” no Passivo Não-Circulante o montante de R\$ 1.172 milhões.

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2013 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, em relação às demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2012 e 2011.

**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a Legislação Societária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante os exercícios de 2009 e de 2010 foram emitidos 43 novos pronunciamentos técnicos (CPCs), 15 interpretações técnicas (ICPCs) e 3 orientações técnicas (OCPC's) pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs, ICPCs e OCPC's que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando se suas operações são:

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

CPC	Título
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40

ICPC	Título
3	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
4	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
5	Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
8	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo
9	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento
12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares

OCPC	Título
2	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008
3	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

A Administração da Companhia aplicou o CPC 26, CPC 27 (vide nota 2) e CPC 32 na preparação das demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2010 e 2011. Em função de não haver fato gerador das operações relacionadas aos demais referidos CPCs, não estão sendo comentadas.

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2013 não houve efeitos significativos das alterações de práticas contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pelas Lei 11.638 e Lei 11.941.

De acordo com o parecer dos auditores independentes as demonstrações financeiras de 2013, 2012 e 2011 representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiências histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

**a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

**b. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### c. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

- Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

### d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**g. Provisão para perdas na realização de créditos**

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

**h. Instrumentos financeiros**

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

**i. Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Desde sua criação, a Companhia tem se preocupado em assegurar a eficiência e a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras. Os Diretores avaliam como satisfatório o grau de eficiência atual de seus controles internos.

A Companhia acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade. A DTCOM é uma Companhia enxuta que detém total controle sobre suas operações. Com um efetivo sistema de controle de processos, a Companhia adota o procedimento de realizar auditorias periódicas de controles internos.

Certificada pela ISO 9000, a Companhia conta com equipe multidisciplinar que analisa sistematicamente a eficiência dos processos e toma as ações necessárias para corrigir eventuais desvios.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras individuais da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não identificaram a presença de deficiências ou fraquezas materiais em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem comprometer a confiabilidade sobre as demonstrações financeiras. As recomendações, quando dadas pelos auditores são analisadas e, considerando-as pertinentes, implementadas na Companhia.

A Administração da Companhia entende que possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Nos exercícios de 2013, 2012 e de 2011, a Companhia não realizou qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**iv. contratos de construção não terminada**

A companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há qualquer transação não contabilizada no balanço da Companhia referente aos 3 últimos exercícios sociais.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem itens relevantes que não estão evidenciados nas demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a.** Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b.** Natureza e o propósito da operação
- c.** Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.